

# Brasília-DF



**LUANA PATRIOLINO (INTERINA, COM EDUARDA ESPOSITO)**  
luanapatriolino.df@dabr.com.br

## Executivo se prepara

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende se reunir com Hugo Motta e os líderes da Câmara após o feriado de Páscoa para discutir sobre o projeto da anistia. O encontro será nos moldes do que ocorreu com Davi Alcolumbre em 2 de abril. A agenda simbolizou um gesto de aproximação do chefe do Planalto com os parlamentares.

## Torta de climão

A greve de fome do deputado federal Glauber Braga acabou, mas o incômodo dentro da militância, não. A esquerda está descontente com a falta de manifestação de solidariedade de Lula no caso. Para os grupos que acompanharam a situação de perto, o petista tinha o “dever moral” de aparecer no Congresso Nacional para prestar apoio ao grevista. Eles afirmam que o chefe do Planalto perdeu o diálogo com seus apoiadores e o acusam de manter mais contato com o Centrão.

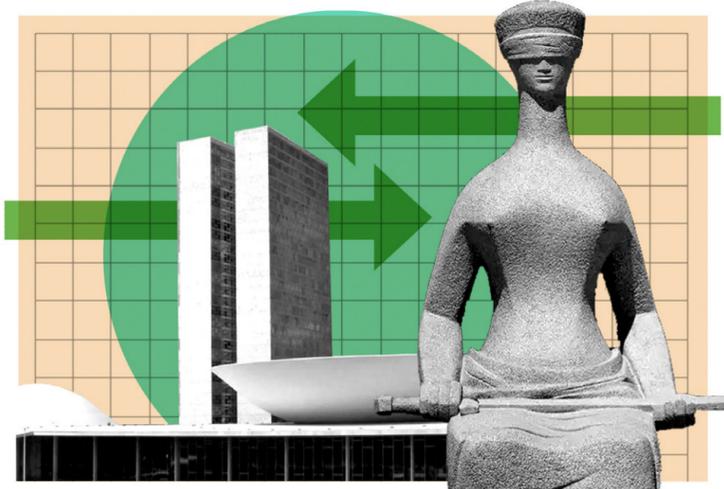
## Discordância

Os deputados Ivan Valente (SP) e Tarcísio Motta (RJ), do PSol, protocolaram um projeto de lei para combater a exploração de petróleo na Margem Equatorial, na foz do Rio Amazonas. Na prática, a medida inviabilizaria os planos da Petrobras na região — e possui críticas até mesmo dentro do partido. O presidente da sigla no Amapá, o ex-deputado Paulo Lemos, elogiou os companheiros, mas chamou a proposta de “equivocada”, por não levar em consideração as pesquisas e a realidade do Amapá.

# Acordo à vista

O impasse sobre o projeto de lei da anistia ganha um novo capítulo com a proposta alternativa. A solução adotada é um acordo costurado entre o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Nos bastidores, o magistrado tem adotado um tom mais brando em relação ao tema e não oferece resistência para discutir uma possível redução de penas para os condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos três Poderes.

O acordo também inclui um debate com outros integrantes da Suprema Corte. O ministro Luiz Fux concorda com as punições, mas discorda de Alexandre de Moraes sobre a dosimetria das penas. Em outra ponta, André Mendonça e Nunes Marques se isolaram nas votações, por se posicionarem pela absolvição dos réus.



## Cautela

A oposição está preocupada com o movimento do Congresso em responsabilizar as big techs pela tragédia da menina Sarah, de 8 anos, que morreu após inalar um desodorante aerossol por causa de um desafio na internet. Eles temem pela regulamentação das redes sociais. “Tudo vai ser motivo para regular as redes. Tem que apurar e debater”, diz a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), líder do partido na Câmara.

Renato Araujo/Câmara dos Deputados



## Dois lados

Por outro lado, o deputado Tarcísio Motta defende o projeto. Para ele, a transição energética no Brasil deve passar pela redução de combustíveis fósseis. “Não é concebível abrir novas frentes de exploração de petróleo quando a gente precisa liderar a transição energética. Explorar o petróleo na Amazônia neste momento não é razoável para a vida no planeta”, afirmou à coluna.

## Infraestrutura sob revisão

O Dnit prepara um termo de cooperação com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras entidades para revisar normas aplicadas à reabilitação de pontes. A articulação, que envolve o Ministério dos Transportes, busca dar base técnica ao Proarte, programa de recuperação das estruturas rodoviárias federais. Para o presidente da ABNT, Mario Esper, a participação da entidade garante que “as decisões sobre a infraestrutura pública se baseiem em normas confiáveis, construídas com ampla participação da engenharia brasileira”.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 709

## Conheça as formas de ingresso no ensino superior

*ENEM, SISU, FIES, PROUNI são as principais portas de entradas a universidade*

Existem muitas maneiras de entrar em uma universidade. Há tempos, o vestibular deixou de ser o único caminho e atualmente os estudantes contam com diversas formas de acesso ao ensino superior, como o ENEM, SISU, Prouni, FIES, programas de bolsas de estudo e os vestibulares próprios de cada instituição.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) acontece anualmente e o desempenho no exame é utilizado como critério de seleção em diferentes programas de acesso ao ensino superior, como o Prouni, o SISU e o FIES, além de ser aceito em processos seletivos de diversas universidades.

Os programas FIES, Prouni e SISU utilizam a nota do ENEM como base para a seleção de candidatos. Cada um, no entanto, apresenta características específicas. O Prouni (Programa Universidade para Todos) oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino. Já o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) permite o financiamento de cursos superiores em faculdades particulares, com pagamento facilitado após a conclusão do curso. O SISU (Sistema de Seleção Unificada), por sua vez, é voltado ao preenchimento de vagas em universidades públicas federais, estaduais e municipais de todo o país.

Com tantas possibilidades, o estudante pode escolher a opção que mais se adequa com o seu objetivo. O ensino superior continua sendo uma importante porta de entrada para novas oportunidades acadêmicas e profissionais. Atualmente, o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, possui 3,9 mil vagas de estágio destinadas aos estudantes universitários, sendo Administração, Direito e Ciências Contábeis as áreas com mais oportunidades.

## INVESTIGAÇÃO

# Espionagem: cúpula da Abin depõe

Chefe do órgão e ex-diretor-adjunto prestam explicações sobre suposto monitoramento de autoridades paraguaias

» LUANA PATRIOLINO

O diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, e o ex-diretor-adjunto do órgão Alessandro Moretti prestaram depoimento à Polícia Federal, ontem, sobre um suposto esquema de espionagem ilegal dentro do órgão — conhecido como “Abin paralela”. A oitiva ocorreu na sede da corporação, em Brasília, e durou mais de cinco horas.

O objetivo da PF é descobrir se houve alguma eventual obstrução por parte da gestão atual com relação à apuração do uso do equipamento público durante o governo de Jair Bolsonaro para monitorar jornalistas, autoridades e adversários políticos. Os investigadores também apuram se o diretor-geral autorizou ou teve conhecimento de espionagem contra autoridades paraguaias, relacionada às negociações da usina de Itaipu.

Corrêa e Moretti não faziam parte do comando da Abin no governo Bolsonaro. No entanto, a Polícia Federal investiga se integrantes da cúpula da agência indicados durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva interferiram ou prejudicaram o inquérito, dificultando o acesso dos policiais a dados.

## Espionagem ilegal

Segundo o Ministério Público do Paraguai, a agência brasileira teria atuado para hackear e obter informações confidenciais relativas à negociação das tarifas de Itaipu — o que pode constituir crime de acesso indevido a

Pedro França/Agência Senado



**PF quer descobrir se houve eventual obstrução da gestão atual**

sistemas e dados do governo.

Na semana em que foi revelado o suposto monitoramento de autoridades paraguaias, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, convocou o chefe da Abin para uma reunião sobre o tema. O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, também participou do encontro no Palácio do Planalto. Lula cobrou explicação sobre o caso de espionagem. O órgão alega ter determinado a interrupção da ação.

Luiz Fernando Corrêa foi nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2023 para assumir o comando

da Abin. Ele é delegado aposentado e foi diretor-geral da Polícia Federal entre 2007 e 2011. Ele também já ocupou o cargo de secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no período de 2003 a 2007.

Procurada, a Agência afirmou que o diretor-geral está à disposição das autoridades competentes para prestar quaisquer esclarecimentos, seja no âmbito administrativo, civil ou criminal, sobre os fatos relatados na imprensa e que remetem a decisões tomadas na gestão anterior da Abin.